

**ANEXO II**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº DQ-91.104/24 PE**

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta foi elaborada de maneira independente e que seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do Município antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Assinatura do responsável legal da empresa licitante

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIO DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº DQ-91.104/24 PE**

Declaramos, sob as penas da lei, que a licitante \_\_\_\_\_ é beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, na condição de \_\_\_\_\_ considerando os valores da receita bruta e o atendimento aos requisitos previstos na Lei supracitada e que no ano-calendário de realização da licitação, a licitante não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como beneficiário da Lei Complementar 123/2006.

Atestamos para os devidos fins, que a licitante não se encontra enquadrada em nenhuma das hipóteses, que veda a concessão do tratamento jurídico diferenciado, previstas nos incisos I a XI do § 4º do art. 3º da Lei nº 123/2006:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

Possuímos ciência da nossa obrigação de comunicar ao Município de Belo Horizonte quaisquer fatos supervenientes que alterem a situação de nossa empresa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável legal da empresa licitante

**ANEXO IV**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DA LEI ORGÂNICA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº DQ-91.104/24 PE**

Declaro, para os devidos fins, que os trabalhadores da (Razão Social do Licitante), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no \_\_\_\_\_(endereço completo)\_\_\_\_\_, envolvidos na execução do objeto da licitação mencionada acima não incorrem nas proibições previstas no artigo 49-B da Lei Orgânica deste Município, in verbis:

Art. 49-B - Não poderão prestar serviço a órgãos e entidades do Município os trabalhadores das empresas contratadas declarados inelegíveis em resultado de decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado relativa a, pelo menos, uma das seguintes situações:

**Art. 49-B acrescentado pela Emenda à Lei Orgânica nº 23, de 14/09/2011 (Art. 2º)**

I - representação contra sua pessoa julgada procedente pela Justiça Eleitoral em processo de abuso do poder econômico ou político;

II - condenação por crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública ou o patrimônio público.

Parágrafo único - Ficam as empresas a que se refere o caput deste artigo obrigadas a apresentar ao contratante, antes do início da execução do contrato, declaração de que os trabalhadores que prestarão serviço ao Município não incorrem nas proibições de que trata este artigo. (NR)

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Assinatura do responsável legal da adjudicatária

**ANEXO V**

**PROPOSTA COMERCIAL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº DQ-91.104/24 PE**

<b>Todos os campos são de preenchimento obrigatório</b>		
Razão Social		
CNPJ		
Endereço		
Telefone/Fax		
E-mail		
<b>Dados do signatário - para assinatura do contrato</b>		
Nome	Cargo	
Nacionalidade	Identidade	CPF

**Objeto:** Aquisição de Aeronave remotamente pilotada - RPA - (drone), para atender as necessidades da Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil – SUPDEC.

ITEM	SICAM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO/ FABRICANTE	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	102434	<p>Aeronave remotamente pilotada - RPA - (drone), padrão defesa civil, conforme especificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Autonomia de voo superior a 25 min;</li> <li>• Velocidade de cruzeiro igual ou superior a 60 km/h;</li> <li>• Velocidade máxima igual ou superior a 70 km/h;</li> <li>• Teto mínimo de 500 metros;</li> <li>• Sensores anti colisão em todas as direções;</li> <li>• Motorização elétrica sem escova;</li> <li>• Câmera do tipo térmica com zoom mínimo de 15x, sensor termal, resolução aproximada de 640x512 (±5%);</li> <li>• Câmera do tipo visual rgb com no mínimo 48 megapixels, resolução aproximada de 8000x6000 (±10%) para fotos, e resolução de até 4k para vídeo;</li> <li>• Aeronave com multirotor,</li> </ul>		01	R\$	R\$



		braços dobráveis, pouso e decolagem verticais, <ul style="list-style-type: none"><li>• Estabilidade da aeronave através de gps e glonass;</li><li>• Receptor integrado para transmissão das informações de voo em tempo real;</li><li>• Controle remoto com display de no mínimo 5 polegadas;</li><li>• Aeronave e controle remoto devem possuir homologação da Anatel</li></ul>				
02	104664	Peça para aeronave remotamente pilotada (DRONE) BATERIA DE VOO INTELIGENTE.		06	R\$	R\$
03	104702	Peça para aeronave remotamente pilotada (DRONE) ALTO FALANTE		02	R\$	R\$
04	104703	Peça para aeronave remotamente pilotada (DRONE) HUB DE CARREGAMENTO DE BATERIA		02	R\$	R\$
VALOR GLOBAL					R\$	

**OBS.: \*O produto deverá estar, obrigatoriamente, em linha de produção do fabricante.**

**\*Os itens 02,03 e 04 – deverão ser compatíveis com o item 01.**

#### **Das amostras, laudos e/ou prospectos**

Juntamente com a proposta de preços ajustada, o licitante arrematante deverá entregar Manual, Prospecto Técnico Ilustrativo e/ou Catálogo do(s) bem(ns)/produto(s) contendo a(s) especificação(ções) técnica(s) para análise e conferência com a(s) especificação(ções) do(s) bem(ns)/produto(s) licitado(s).

Se o manual, prospecto técnico ilustrativo e/ou catálogo do(s) bem(ns)/produto(s) for insuficiente para a avaliação, poderá ser solicitada amostra do(s) bem(ns)/produto(s).

Será desclassificada a proposta cujo manual, prospecto, catálogo e/ou amostra estejam em desacordo com a(s) especificação(ções) técnica(s).

### **Da Entrega /Prazo de Entrega:**

A Nota de Empenho ou outro instrumento hábil substituirá o instrumento de contrato, nos termos do art. 95, da Lei nº 14.133/2021.

A entrega dos itens será **única e integral**, conforme orientado na solicitação do CONTRATANTE.

Os itens deverão ser entregues, no menor prazo possível, não ultrapassado o limite de 30(trinta) dias úteis, contados da retirada da respectiva Autorização de Fornecimento.

Os produtos deverão ser entregues, no horário de 08:00 horas às 16:00 horas, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, nos seguinte(s) endereço(s):

**Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil – Gerência de Logística de Emergência**

Endereço: Rua Goitacazes nº 1752, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG,  
CEP 30.190-052.

Telefones de contato: (31) 3277.8865

E-mail: geloe@pbh.gov.br

Contato: Roseli, Valdenício ou Fabrísia

A entrega será agendada por telefone ou e-mail (citado acima), com prazo mínimo de 24 horas.

Os materiais serão entregues em embalagens individuais lacradas, sem avarias ou estragos.

Durante a execução, os locais de entrega dos bens poderão sofrer modificações, a critério da Administração Pública.

### **Prazo de Garantia:**

Aplicam-se aos produtos todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor – CDC.

O prazo de garantia será o previsto no Código de Defesa do Consumidor, ou o prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do(s) bem(ns).

Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja superior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo período restante.

A **CONTRATADA** deverá substituir os produtos que apresentarem defeitos de fabricação, ou que apresentarem alguma falha fora dos padrões aceitáveis, não eximindo a mesma de qualquer responsabilidade ou obrigações estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor.

**Prazo de Pagamento:**

O pagamento será efetuado em **até 20 (vinte) dias** contados da finalização da liquidação da despesa, pela Diretoria de Finanças da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Declaro ter pleno conhecimento de que a proposta acima especificada se encontra de acordo com o solicitado e inclui em seu preço final todas as despesas inerentes, tais como tributos, encargos, custos financeiros, deslocamento e demais ônus que porventura possam incidir sobre a contratação.

Validade proposta 90 (noventa) dias.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e Carimbo  
Identificação do Proponente com procuração ou Representante legal



**ANEXO VI**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE**  
**HABILITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº DQ-91.104/24 PE**

A empresa ..... com sede na ..... n.º ..... Bairro ..... , cidade de ....., inscrita no CNPJ n.º .....por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a.) ..... , portador (a) Carteira de Identidade R.G. n.º ..... e do CPF n.º ..... DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos habilitatórios solicitados nas Exigências para Habilitação deste pregão.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL, CARIMBO DA EMPRESA)

(Identificação da Empresa)



**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS E DO EMPREGADOR**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº DQ-91.104/24 PE**

(Razão Social do Proponente) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_, sediada no \_\_\_\_\_ (endereço completo) \_\_\_\_\_, declara sob as penas da Lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República/88, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**Declara ainda, sob as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social e que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

**(ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL, CARIMBO DA EMPRESA)**

**(Identificação da Empresa)**